

NOSSA DÍVIDA EVANGÉLICA PARA COM A COMUNIDADE CATÓLICA - ROMANA

José Miguez Bonino

I. A CRISE DO CATOLICISMO ROMANO NA AMÉRICA LATINA

No ano passado, Paulo VI usou expressões graves para se referir à situação que sua Igreja atravessa. Falou de “fermento praticamente cismático”, “vivisectores do Corpo Místico de Cristo”, “tendências centrifugas”, “insubordinação inquieta, ativa, pertinaz, demolidora”, “prurido de novidade”, “novidades destrutoras” e fez diversas outras referências. Qualquer pessoa razoavelmente atenta àquilo que ocorre no catolicismo latino-americano, desde os sacerdotes de Golconda aos de Rosário, da ocupação da catedral de Santiago ao julgamento de Ivan Illich e muitos outros sinais, não necessitará de muita argumentação para admitir que o catolicismo romano está em crise neste continente. É nossa função tentar caracterizar brevemente

a natureza e alcance dessa crise. Trata-se, evidentemente, de uma análise pessoal, apresentada como tal, com a consciência de que é suscetível de debate.

1. Igreja estabelecida e igreja do povo: Através das vicissitudes de quatro séculos de existência na América Latina, a Igreja Católica-Romana havia procurado manter sempre uma relação orgânica com o poder civil, que lhe assegura na sociedade uma posição privilegiada, através da qual pôde exercer uma função diretiva da totalidade da vida. Em muitos lugares do nosso continente, o catolicismo procura, hoje em dia, desvincular-se de uma identificação com classes e grupos governantes. Este movimento resulta, sem dúvida, de duas motivações distintas: uma

preocupação evangélica genuína pela situação dos pobres e oprimidos, que os antigos aliados da Igreja têm explorado e continuam a explorar, e a compreensão de que sua identificação com as classes dominantes alienou de si o povo, ameaçando deixá-la à margem da sociedade, nas mudanças cuja iminência qualquer pessoa pode perceber. Essa desvinculação, no entanto, não é tão fácil assim: em primeiro lugar, porque nem tôdas as pessoas da hierarquia eclesiástica estão convencidas da necessidade e alcance das mudanças; em segundo lugar, porque os antigos aliados não se deixam abandonar assim tão facilmente — as vinculações estabelecidas continuam pressionando; em terceiro lugar, porque grupos de leigos e de sacerdotes jovens não se conformam com tímidas afirmações da necessidade de mudanças; pelo contrário, exigem um compromisso com uma posição que repudie as atuais estruturas de poder e se comprometa com uma mudança radical das mesmas. Os conflitos recentes dos “sacerdotes do terceiro mundo” com o episcopado argentino, ou dos sacerdotes da Golconda com seu arcebispo, a crise da ordem Maryknoll na América Central e numerosos movimentos semelhantes, revelam as tensões do catolicismo, dividido entre suas antigas alianças com o poder e sua nova busca do povo.

2. Igreja hierárquica e comunidade de amor: uma outra série de conflitos tem relação com o exercício da autoridade na Igreja. Defrontam-se de um lado uma eclesiologia jurídica, que concebe a igreja como uma pirâmide hierárquica (papa/cúria — bispo — sacerdote — povo) rigidamente estruturada segundo uma verticalidade total de comandos, e do outro a eclesiologia dominante no Concílio Vaticano II, centrada na idéia da comunhão, na participação de todos segundo sua função, num povo de Deus que é fundamentalmente comunidade de amor. Percebe-se assim, a nova importância das conferências episcopais — que, como em Medellín, por exemplo, publicaram suas conclusões antes de enviá-las à Santa Sé — os conselhos episcopais e presbiteriais com participação ativa dos leigos no govêrno da Igreja e a multiplicação de grupos de estudo e ação de leigos, que, embora recebendo assessoramento sacerdotal, reclamam autono-

mia de decisão e de ação. Recentes decisões papais têm sido recebidas com uma liberdade antes desconhecida. No entanto, muitos bispos e hierarquias não recebem com agrado essa nova concepção das suas funções. Alguns retardam o cumprimento das decisões conciliares. E, por outro lado, grupos de sacerdotes e de leigos reclamam uma autonomia muito maior do que aquela que a hierarquia está disposta, atualmente, a conceder; escolhem, para afirmá-la, métodos de denúncia pública e de confrontação que enrijecem e alarmam simultaneamente os leigos e o clero conservador.

3. Igreja de “religião” e igreja do Evangelho: o recente conclave de Medellín, em seu documento sôbre pastoral, chama atenção para a religiosidade popular latino-americana, reconhecendo seus elementos de contaminação, superficialidade ou deformação e reclamando uma ação pastoral centralizada no Evangelho, construída sôbre o conhecimento das Escrituras e dirigindo o homem e a comunidade para Jesus Cristo. O problema é antigo e de análise difícil, uma vez que esta religiosidade provém simultaneamente do sincretismo de alguns movimentos e grupos na época da conquista, e da excessiva rigidez de outros, que levaram a religiosidade aborígine a refugiar-se fora da Igreja e esta a santificar suas formas semipagãs. Em todo caso, a admissão dêste grave fenômeno, assim como a comprovação da crescente secularização das massas, leva a Igreja a buscar uma re-conversão ao Evangelho. Mas aqui, igualmente, há tensões. A religiosidade popular é persistente e confrontada repentinamente com a austeridade do Evangelho se sente perturbada e ameaçada de desagregação. Certos setores católicos buscam, então, “sementes” ou “intuições” autênticas dentro dessa religiosidade, para poderem orientá-la, num processo lento, para uma posição mais evangélica, enquanto que outros advogam um tipo de reforma drástica, que pode reduzir a Igreja a pequenos grupos de “verdadeiros crentes”. Entre os dois extremos, há diversos matizes e a discussão da pastoral correspondente se mantém viva na Igreja.

Não é nossa intenção mencionar, neste resumo, as diferentes posições teológicas que inspiram e acompanham as linhas

de força que caracterizamos. É evidente a influência das novas correntes teológicas européias, cujas publicações circulam agora abundantemente, em excelentes versões espanholas. Estas tensões e pressões estão longe de solução. Formam o tecido de vida do catolicismo romano da atualidade. Sem dúvida, alguns protestantes se sentiam mais à vontade quando podiam encaixar toda a Igreja de Roma numa única forma de

pensamento e ação. Alguns evangélicos ainda hoje em dia pretendem fazer o mesmo, lançando mão de fantásticas teorias de “frentes” e “maquinações”. Na verdade, o catolicismo atravessa uma crise e está (e não apenas se apresenta) profundamente cindido em sua concepção de si mesmo, da sociedade na qual atua e de sua missão nela. As graves palavras de Paulo VI citadas no começo, atestam esta situação.

II. NOSSA RELAÇÃO COM O CATOLICISMO ROMANO

Históricamente, as igrejas evangélicas conceberam sua existência — pelo menos em boa proporção — na oposição ao catolicismo romano. Sua pregação, ensinamento e definição eram principalmente polêmicos. Suas práticas religiosas e morais tendiam a dar a maior evidência possível ao seu afastamento daquilo que costumávamos chamar de “romanismo”. A polêmica era dirigida, de um lado, ao doutrinário (centralizando-se em doutrinas polêmicas como a mariologia, o papado, a missa, o purgatório, etc.), depois ao litúrgico (combatendo e denunciando o culto da virgem, os santos e as imagens, etc.), em terceiro lugar, ao ético, denunciando a frouxidão de costumes do clero, e, finalmente, ao social, cultural e político, opondo-se àquilo que considerávamos ser o obscurantismo, a tendência tirânica e o uso constrangedor do poder civil.

Acredito que esta polêmica tenha sido de grande valor. Era exigida pela causa do Evangelho, distorcido e traído por uma religiosidade e instituição religiosa ignorante das Escrituras e incapaz de pôr o homem em comunhão viva com Jesus Cristo. Nenhuma consideração de cortesia ou política eclesiástica podem dispensar uma comunidade cristã da obrigação de anunciar Jesus Cristo e as igrejas evangélicas tinham, mais do que o direito, a obrigação de desconhecer os argumentos institucionais com os quais, mais de uma vez, se pretendeu desviá-las desse dever. Além disso, foi um serviço prestado à comunidade latino-americana, pois lhe permitiu romper o monopólio religioso e cultural que lhe fechava o acesso à sociedade moderna, que, com todas as suas falhas, era seu caminho histórico. Finalmente — agora o compreendemos — era um verdadeiro

serviço à própria igreja católica-romana, que se via obrigada a purificar-se e a apresentar-se em termos do Evangelho, das Escrituras. Num sentido, pois, podemos dizer que a fase polêmica cumpriu a obrigação paulina, “nossa dívida com o catolicismo romano”.

No entanto, se podemos afirmar que cumprimos essa tarefa, não nos podemos jactar de tê-la realizado bem, com plena fidelidade ao Evangelho. Deus nos utilizou para isso, mas certamente não por causa da nossa particular competência ou superioridade. Nosso serviço esteve, freqüentemente, alheio ao espírito de amor que corresponde a Jesus Cristo. Proclamamos o Evangelho freqüentemente com hostilidade e por hostilidade, mais preocupados com a nossa vitória do que com a vitória de Jesus Cristo, mais prontos a descatoalizar do que a evangelizar. Introduzimos um espírito sectário, criando a confusão de centenas de grupos, a miúdo por motivos totalmente alheios ao Evangelho. E, freqüentemente, quando as pessoas se uniam a nossas comunidades, separávamo-las de tal forma de seu ambiente, que se tornavam elementos passivos na vida cultural, social e política de suas respectivas sociedades.

Se estes dois elementos de análise estão corretos — cumprimos, na nossa oposição ao catolicismo uma missão correta, mas não a cumprimos corretamente — explica-se claramente nossa perplexidade e inquietação frente ao catolicismo romano contemporâneo na América Latina. Nossa crise existe porque já não podemos levar a cabo nossa missão da mesma forma que antes: um catolicismo com a Bíblia na mão, despojado de imagens, com um clero menos numeroso mas purificado éticamente e consagrado ao

Evangelho — este catolicismo nos deixa perplexos. Nossa tradicional polêmica “bate no vazio”. Que vamos fazer?

Em alguns casos, perante a crise, os piores elementos de nossa antiga atitude nos dominam: a hostilidade, o ressentimento, o sectarismo. Levados por êles, recusamo-nos a admitir as mudanças que nos incomodam e endurecemos numa atitude de hostilidade. Para isso, temos que recorrer a interpretações da história e dos acontecimentos atuais que estão divorciadas de toda objetividade: discernimos intenções ocultas, confabulações solapadas e toda a gama completa de recursos com os quais se oculta o preconceito. A psicologia social estudou com precisão este fenômeno que, em seus casos mais agudos, chega a uma espécie de paranóia. Por outro lado, ou-

tras pessoas, igualmente surpreendidas com as mudanças, deixam-se deslumbrar totalmente pelas características evangélicas da renovação católica e concluem que desapareceram tôdas as diferenças, que a igreja católico-romana cumpre agora na América Latina a tarefa evangelizadora e missionária que nós viemos realizar; e que, agora, não resta tarefa alguma para as igrejas protestantes a não ser a de conservar seus membros e, talvez, ajudar a igreja católica em sua tarefa. Num caso, a polêmica fica divorciada de seu conteúdo evangélico; no outro, renuncia-se à missão, com o abandono da polêmica. Em ambos, acredito, atraíção-se o Evangelho e renuncia-se à genuína “dívida” paulina em relação à comunidade católica romana: nossa obrigação de nos darmos “no Evangelho”.

III. NOSSA DÍVIDA

Nossa dívida é o Evangelho. Não temos nada mais de valor. E não existe nada que seja mais necessário, para a comunidade católico-romana, para nós e para qualquer outra comunidade. O Evangelho de Jesus Cristo não é, contudo, apenas uma série de enunciados doutrinários aos quais prestamos adesão, convidando os outros a fazerem o mesmo. É, certamente, uma verdade, que devemos receber também como uma doutrina. Mas é uma forma de viver, de nos relacionarmos com as outras pessoas, de compreendermos a nós mesmos e à nossa sociedade, de nos projetarmos em direção do futuro, de conceber nosso destino. É a plenitude da promessa que nos é dada em Jesus Cristo e que é selada pelo poder do Espírito que “devemos” à comunidade católico-romana. Pergunte-mo-nos, agora, de que forma cumpriremos essa tarefa, levando em conta a situação do catolicismo romano latino-americano e nossa relação com êle, no passado, coisa que procuramos descrever.

1. Devemos à comunidade católico-romana uma **atitude evangélica**, o que equivale a dizer, a atitude que brota do amor que o Espírito Santo derrama no coração do crente (Rom. 5:5). A enunciação de injúrias supostas ou reais, sofridas no passado ou no presente por evangélicos em mãos de católicos, além

de poder ser neutralizada com uma lista contrária em países de maioria protestante, nada tem a ver com a qualidade de conduta que o Evangelho exige de nós e que, através de seu poder, se torna possível. Não é necessária grande perspicácia teológica para sabermos o que significa esta “atitude evangélica”. O que se requer é obediência. Para sermos mais precisos, pensemos, em termos da comunidade católico-romana, nas palavras de Paulo: “o amor tudo crê, tudo espera, tudo suporta, ... não se ufana, não se conduz inconvenientemente, não se resente do mal”. São essas as características das palavras que os evangélicos dizem e pensam, em relação aos católicos? Se não é assim, resta-nos apenas uma coisa a ser feita: arrepender-nos, pedir perdão e corrigir-nos.

2. O amor não elimina, contudo, a severidade nem o respeito pela verdade. Devemos a toda a comunidade católico-romana (e ela a nós) o **serviço de apreensão e da admoestação do amor**. Este serviço significa, no meu entender, pelo menos duas coisas importantes. A primeira se situa no campo ético e político. Aqui, como já disse, o protestantismo, vinculado a tendências políticas liberais, ajudou a quebrar o controle totalitário do catolicismo, a sociedade teocrática católica. Atualmente, o catolicis-

mo parece repudiar essa identificação com classes e grupos tradicionais e inclina-se para uma posição política, social e cultural renovadora e até mesmo revolucionária. Por isso não podemos deixar de nos alegrar. A influência indubitável da igreja católico-romana pode representar uma força extraordinária em favor das mudanças de que nossos países necessitam angustiosamente. Atrever-me-ia, inclusive, a dizer, que um evangélico deve estar pronto a colaborar e a prestar sua ajuda neste esforço. Isto não significa que percamos de vista a grande tentação que estas mudanças podem significar para a igreja católica: colaborar com uma mudança social e política, pôr-se à frente dela e instalar-se, na nova situação criada, como mentora e mestra (*mater et magistra*) da nova sociedade. Parte do nosso testemunho evangélico consiste na convicção de que o Evangelho não pode estar limitado a uma sociedade, por mais progressista e justa que seja. É nosso dever recordar constantemente, em nosso testemunho e ação, esta verdade a nossos irmãos católicos.

A outra fase deste serviço de correção refere-se ao âmbito da doutrina. O catolicismo romano está reinterpretando, de forma muito significativa, algumas das doutrinas mais controversas: a eucaristia, o primado de Pedro, a sucessão de Pedro, a mariologia, o lugar da tradição e das obras. Nós, evangélicos, temos de nos manter em dia com estas interpretações, conhecer a fundo seu alcance e significado — e não pretender “congelar” o pensamento católico no período ou forma que mais convenha a nossos propósitos polêmicos. Neste sentido, devemos reconhecer honestamente que muita da nossa literatura polêmica (perfeitamente útil na sua época) está completamente ultrapassada e é irremediavelmente inútil. Isto, porém, não significa que as divergências doutrinárias tenham desaparecido. Mesmo revistas e reinterpretadas, muitas destas doutrinas continuam sendo obstáculo para uma plena comunhão com irmãos católicos. O pensamento e a vida católicos puseram-se em marcha. Há sinais de que esse movimento se encaminha para o Evangelho (o que não significa que caminha em direção a nós, como se nós tivéssemos o monopólio do Evangelho). Porém,

existe também a possibilidade trágica de que pare “no meio do caminho”. Nosso dever consiste em continuar a mostrar, com amor mas com a maior clareza possível, aquilo que entendemos ser o caminho verdadeiro do Evangelho. Esta é parte da nossa dívida, parte do serviço de nosso amor.

3. Devemos à comunidade católico-romana a **proclamação do Evangelho a toda criatura**. Esta afirmação deve ser explicada com certo cuidado, pois ao mesmo tempo em que algumas pessoas vêm nela uma justificação para qualquer forma de proselitismo, já outras a poderão considerar como a manifestação de uma intolerável arrogância sectária. Em primeiro lugar, temos o simples fato de que existe, no nosso continente, uma proporção crescente de população que ainda não teve conhecimento de Jesus Cristo, como seu Senhor e Salvador — e que, conseqüentemente, reclama o testemunho da comunidade cristã. Embora a igreja católico-romana proclame a universalidade de sua missão apostólica, não deixa de reconhecer a obra do Espírito Santo, que desperta para a fé, mediante o testemunho de outras igrejas e comunidades cristãs. Por nosso lado, como evangélicos, não podemos fazer menos do que confessar, agradecidos, que em todo lugar onde se proclama a Palavra de Deus, o Espírito Santo opera o mistério da fé — e isso ocorre hoje em muitos lugares através da obra de católicos-romanos. Embora não possamos aceitar a mensagem que o catolicismo anuncia como sendo plenamente evangélica, devemos aceitar com gratidão este fato: na medida em que nós e eles estejamos disseminando a Palavra de Deus, estamos oferecendo um testemunho a Jesus Cristo que nos convence de que somos devedores em comum para com um povo que ainda não tem a Escritura em suas mãos.

Deixando de lado este ponto, aparecem, sem dúvida, problemas, uma vez que entre as igrejas aqui representadas existem pontos de vista distintos quanto à medida de reconhecimento do catolicismo romano, como comunidade cristã, como indivíduos e como Igreja. Creio que não vem ao caso debater aqui esta questão. O principal para nós, evangélicos, é reconhecer que ser igreja de Jesus Cristo não é mérito, mas dádiva de Deus e que

somos fiéis a esse dom quando deixamos de nos preocupar conosco mesmos, aferindo-nos a nossas tradições e peculiaridades, para fazer convergir nossas existências para a Palavra de Deus, permitindo que o Espírito Santo nos renove e reforme cada dia que passa, em conformidade com a Palavra. Um velho teólogo evangélico fazia a si mesmo, há alguns anos, a seguinte pergunta: Que seria de nós se a igreja católica se mostrasse hoje em dia, mais atenta e disposta do que nós a deixar-se repreender, corrigir, reformar e renovar? Que seria de nós se a Bíblia chegasse a ser mais lida, mais amada e mais obedecida pela Igreja de Roma do que nas nossas igrejas da Reforma? Esta pergunta está longe de ter caráter puramente retórico — reconhecerão aqueles que estiveram, nos últimos anos, em contato com alguns grupos católicos.

Algumas das observações feitas poderão parecer arriscadas. Refiro-me àquelas em que sugeri que devemos reconhecer a presença do Espírito Santo, o poder do Evangelho dentro da comunidade católico-romana — e também que devemos estar dispostos a cooperar com ela nas coisas que dão bem-estar à comunidade humana em que vivemos, ou que permitem a maior difusão e conhecimento da Palavra de Deus. Meu fundamento para estas afirmações é uma verdade profundamente protestante e bíblica: o Evangelho é maior do que nossas igrejas — e maior do que a comunidade católico-romana. Devemos plena e total fidelidade a ele e não a nossas estruturas eclesíásticas, doutrinas formuladas em credos ou confissões, conveniências ou preferências. Essa fidelidade nos obriga a reconhecer a presença do Espírito, onde quer que a Escritura seja recebida, acatada e confessada.

Essa fidelidade ao Evangelho constitui a razão pela qual temos sentido a obrigação de resistir à doutrina e exigências do catolicismo romano. Outros motivos intervieram na nossa polêmica e, inclusive, às vezes, substituíram o que era fundamental. No entanto a oposição somente se justifica quando se submete a esse critério único e decisivo. Porém é este mesmo critério que nos obriga, igualmente, a reconhecer hoje em dia, a presença do Espírito de Deus em muitos movimentos que se expandem na comunidade católica e que lhe infundem novo espírito e nova compreensão de sua tarefa. Negá-lo seria mais grave do que negar um simples movimento histórico. Seria negar-nos a ver a obra de Deus, quando ela se manifesta a nós. Seria persistir em chamar obra de satanás aquilo que tem sinais vindos do alto. Esta negação, quando é persistente e obsecada chega à blasfêmia. É precisamente o eclesiasticismo rígido, que pretende confinar o Espírito dentro das fronteiras de nossa casa, que censura nos no exclusivismo católico-romano: não nos façamos culpados dessa mesma falta.

Jesus Cristo é maior do que nossas tradições. O Evangelho é maior do que nossas doutrinas. O poder do Espírito transcende nossas fronteiras eclesíásticas. A missão de Deus num continente sedento de justiça e sedento de Cristo é maior do que todas as nossas igrejas. É essa dívida que deve reger todas as nossas relações — com a comunidade católico-romana ou com qualquer outra comunidade, grupo ou pessoa. Gastar inteiramente nossas energias, esquecer nossa própria existência a fim de honrar essa dívida, é a única justificativa de nossa existência como evangélicos, neste continente ou em qualquer outro.